

PROTÓCOLO

REGISTRO GERAL LEGISL.	
3358 de 18 106 1 1991	
Autuado c/ <i>02</i>	fóllas
Ass. <i>Ac</i>	

Publicado - se inclua em ponto por cinco sessões 17 1 91
--

PLA. N.º 01 PROC. 3358/91

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1991

ENTREGUE À MESA EM:

14 JUN 1433 05996

"Dispõe sobre proibição de impressão por parte da DROAG - Divisão de Redação Oficial e Artes Gráficas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - de Cartões de ingresso nas dependências do Palácio 9 de Julho, bem como dispõe sobre requisição de materiais impressos, por parte dos senhores deputados".

Artigo 1º - Fica proibida a impressão, por parte da Divisão de Redação Oficial e Artes Gráficas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - DROAG - de Cartões de ingresso nas dependências do Palácio 9 de Julho.

Artigo 2º - Todos os demais materiais que a DROAG fornece, só poderão ser confeccionados com solicitação pessoal de cada deputado, respeitada a cota anual para cada um fornecida pela Mesa Diretora.

Artigo 3º - Este Projeto de Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A T I V A

A impressão de um Cartão de ingresso para uma Casa de Leis, cujos membros foram escolhidos pelo sufrágio popular, é um absurdo incomensurável que, sem dúvida, não deve encontrar precedente em nenhum outro parlamento no Mundo.

É inadmissível que o Parlamento, que só tem razão de continuar existindo enquanto houver uma democracia representativa, através de seus deputados, venha a exigir do povo que o elege um Cartão de ingresso para o acesso no seu interior.

-segue-

Somos sabedores que tal "documento" é uma farsa, visto que nunca foi e nem deve ser proibida a entrada de ninguém no Palácio 9 de Julho, salvo raríssimas exceções em votações polêmicas, onde movimentos reivindicatórios dirigiram-se massivamente para este Parlamento. Ainda assim, conforme já foi dito, poucos foram impedidos de entrar e se a Polícia Militar assim o fez restringiu-se, exclusivamente, às Galerias, no único sentido de garantir a segurança e o bem estar dos demais presentes no Palácio.

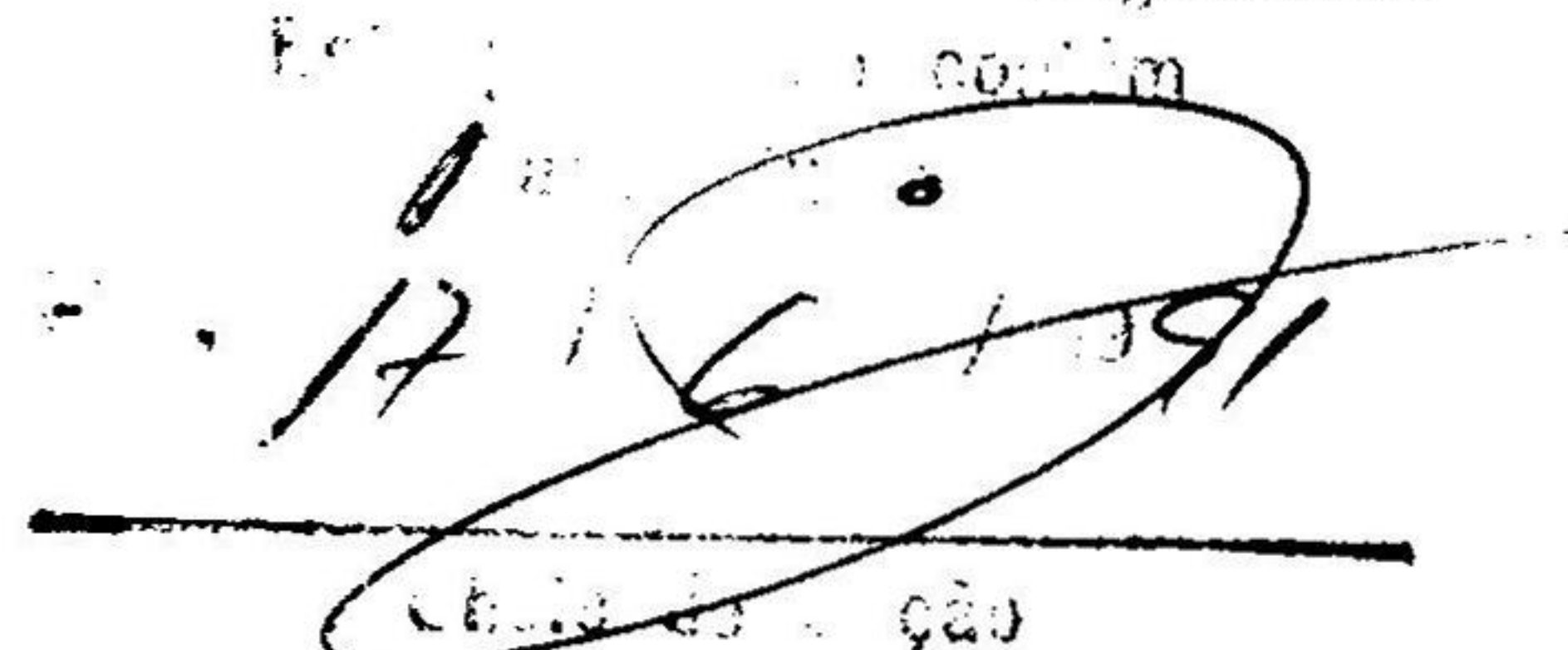
Assim, tal farsa cria uma imagem depreciativa para esta Casa de Leis. Num momento histórico, em que a Presidência desta Casa esforça-se por uma campanha "moralizadora" da mesma, era de se esperar que de há muito tal instrumento tivesse sido abolido do rol de serviços impressos pela DROAG.

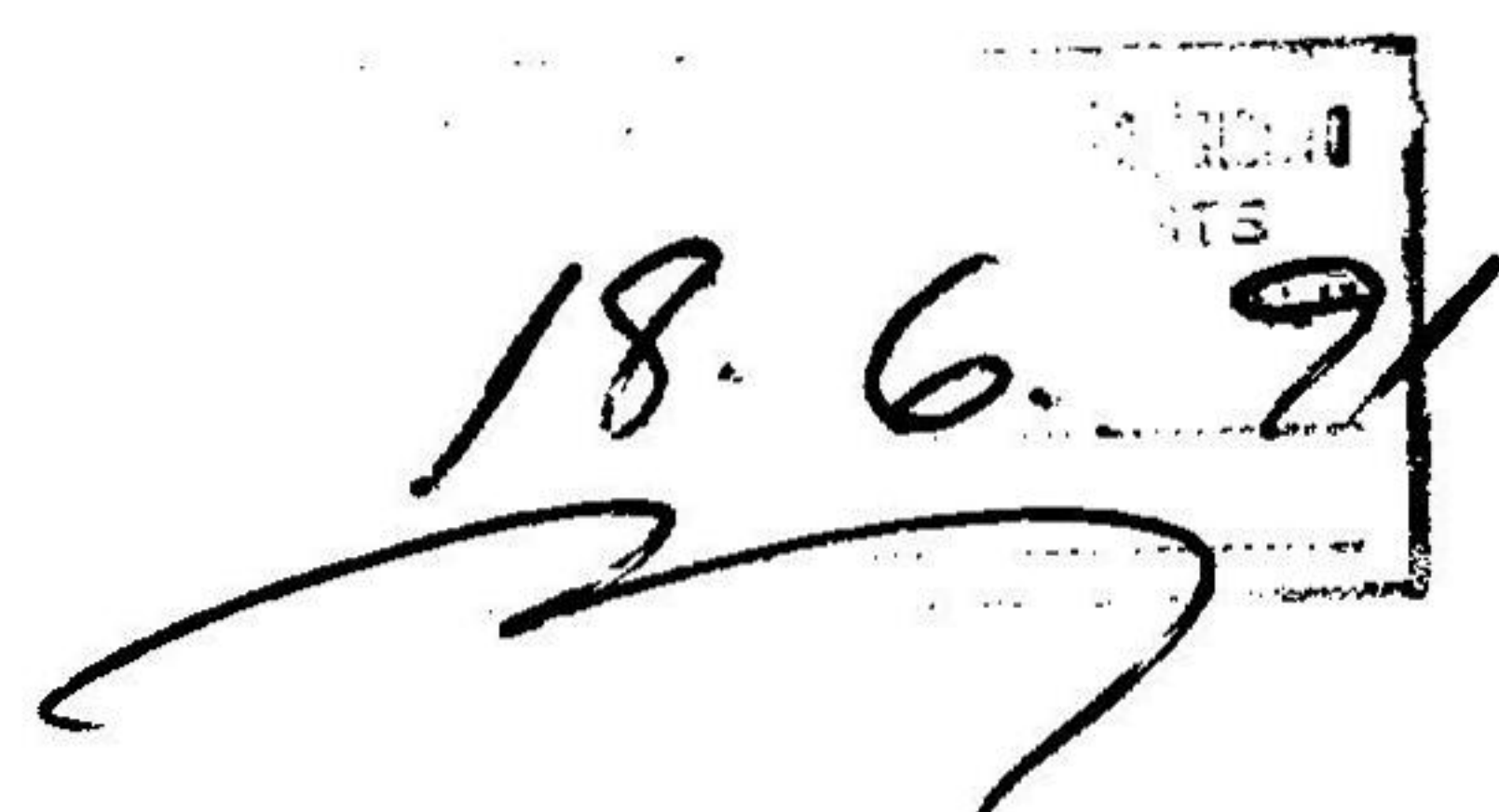
Inclusive, já que o tema desse Projeto de Resolução e dessa justificativa gira em torno do ingresso nesta Casa de Leis, gostaríamos, ainda, de deixar registrado os nossos protestos por outra situação singular, comum no nosso Parlamento. Quando de solenidades especiais e até excepcionais, os jornalistas credenciados na sala de imprensa desta Assembléia Legislativa, são obrigados a se cadastrarem para essa única formalidade e, se assim não o fizerem, sequer podem realizar seus trabalhos profissionais.

No tocante ao artigo 2º, acreditamos que com ele evitaremos desperdício de material, só permitindo que, com solicitação do deputado, o mesmo seja confeccionado.

Sala das Sessões, em 14.6.91

Divisão de Ordenamento Legislativo

17.6.91


18.6.91




Deputado AFANASIO JAZADJI

nos termos do art. 3º. Parágrafo único do artigo 152 da
 consolidação da Regim. do Trib. a presente proposição esteve em
 pauta nos dias correspondentes às sessões 124ª à 132ª Sessão.
 (Ord) 19 25 6 91, não tendo
 recebido substituição.
 que seguem juntadas às ls. do n.º 6 19/

D. O. L. 26 6 19/

I) A Comissão de Const-
 tuição e Justiça;
 II) A Mesa;
 III) A Comissão de Finanças
 e Orçamento.

26 junho 1991

CARLOS APOLINÁRIO - Presidente

EXPEDIENTE DAS COMISSÕES
 ENTRADA
 EM 27/06/91
 OCB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 ENTRADA
 EM 28/6/91
 Bm

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 DISTRIBUIÇÃO
 o Senhor Dep. Vicente Botto
 com prazo para devolução dentro de 10 dias
 08/08/91
 Presidente

JUNTADA - Segue
 numeradas sob n.º 03926
 ATM 23/06/92